

Sistema de saúde

CRM acusa o Governo de só discutir

DF - Saúde

precisa de tratamento

a questão sem tomar qualquer providência

“Tenho comigo 11 quilos de planos de saúde para o DF que não resultaram na aplicação de um grama sequer das soluções apontadas”. O desabafo é do presidente do Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal, Francisco Costa. Ele apresentou os documentos ontem, que coleciona desde 1979 no Sindicato dos Médicos. Todos os relatórios mostrados, elaborados por diversos órgãos e muitas vezes pelo próprio GDF, apresentavam diagnósticos dos mesmos problemas e apontavam, seguidamente, as mesmas soluções.

“Cada governo estabeleceu pelo menos 200 páginas de diagnósticos e soluções para a saúde do DF. Mas o Governo José Aparecido inegavelmente fez mais: ele criou três comissões que trataram da questão saúde: a comissão do Plano Trienal, que entregou seu relatório em dezembro do ano passado; a comissão da conferência de saúde, que apresentou resultados em novembro de 1985; e a comissão de alto nível, cujos resultados foram apresentados em março”, disse o médico.

Folheando os resultados da última comissão a de alto nível, Francisco Costa afirmou que não há sentido na afirmação do Governador de que a greve dos médicos, enfermeiros, odontólogos e auxiliares de saúde tenha o propósito de desestabilizar o Governo e boicotar a implantação do plano de saúde do DF. Recentemente este plano foi revisto pela comissão de alto nível.

Segundo o médico, não é apenas o sindicato e o CRM que são contra as soluções apontadas no último estudo que propôs, entre outras coisas, a volta da figura do médico de família e o desmembramento do setor de pronto-socorro do Hospital de Base; os próprios técnicos são contra. No docu-

mento final da comissão, o secretário de Saúde Alberto Barbosa, o representante dos médicos na elaboração do plano trienal, Elias Tavares de Araújo, se posicionaram contra a proposta de ressurreição do médico de família, assim como o representante do Ministério da Saúde na comissão, José Alberto Hermógenes de Sousa. José Alberto e Elias Araújo também votaram contra o desembarramento do HBB.

Quanto à negativa do governador José Aparecido em atender a reivindicação dos médicos, de instalação do plano de cargos e salários — atualmente em reformulação na Secretaria de Saúde —, o presidente do CRM mostrou parte do Plano Trienal do GDF sobre o assunto. O plano, elaborado em conjunto por diversas entidades sob a coordenação da Secretaria de Saúde, diz ser necessário “adotar uma tabela de cargos e salários, privilegiando a justa remuneração para cada atividade, mantendo a isonomia salarial entre as instituições de sistema integrado e que assegure a ascensão funcional do servidor, estimulando sua permanência”.

O médico mostrou que a mesma proposta havia sido apresentada em 1983, num estudo para regionalização e integração das unidades de saúde do Inamps, SES e FHDF. A regionalização e integração também foram o tema de outro documento, elaborado em 1984 sob coordenação do atual presidente do Inamps, Hésio Cordeiro.

Quanto às condições de trabalho precárias na rede hospitalar, Francisco Costa apresentou um relatório de vistoria do Serviço de Engenharia e Divisão de Segurança e Medicina do Trabalho, da Secretaria de Saúde. O CRM-DF também havia entregue, em janeiro de 1984 ao secretário da

Saúde à época, Tito Figueira, um relatório denunciando a situação dos serviços de emergência dos hospitais da FHDF, que não permitiam “o desempenho ético da atividade médica, ensejando o erro médico e até mesmo desrespeito aos direitos humanos”.

— São exemplos de fatos que denunciavam este estado de coisas — continua o documento. A carência de equipamentos, medicamentos e outros materiais imprescindíveis ao atendimento de urgência, pessoal de enfermagem em quantidade insuficiente, pacientes atendidos e alojados em número excessivo independente de sexo, gravidade do quadro clínico e contágiosidade de sua doença, em cubículos sem ventilação ou ainda “internados” em bancos de madeira, cadeiras, em cima ou sob bancas de lavatório e até mesmo no chão”. O trecho do relatório foi publicado no jornal da CRM/DF em 1985.

Para mostrar que a situação continua a mesma, o médico citou alguns exemplos. Segundo ele, o Hospital de Base de Brasília está mandando esterilizar seus instrumentos de cirurgia em outros hospitais porque não tem um esterilizador; o Hospital Regional de Taguatinga não tem um espécule para examinar virgens e o Hospital Regional da Asa Norte possuem instrumentos para examinar uma lesão no útero e remédio para vermes.

“A população sabe em que situação nosso serviço de saúde se encontra, pois ela vê o tempo que se leva para fazer os exames pedidos e aviar as receitas. O Governo sabe disso por ouvir dizer. O CRM sempre alertou as autoridades de que os erros eram passíveis de serem cometidos. E o são”, finalizou o presidente do CRM-DF.

Greve é contra pacote popular

Enquanto usava os números de uma pesquisa de opinião pública feita pela LPM & Burke, logo após a divulgação do plano de estabilização econômica, e que atribuem ao presidente José Sarney 91 por cento de simpatia e apenas 8 por cento de antipatia, o governador José Aparecido decidiu ontem pela divulgação de outra nota oficial. Nela reafirma, com base em dados novos, que a greve de 12 dias dos médicos, enfermeiros, psicólogos, odontólogos, auxiliares de saúde, professores e auxiliares de ensino faz parte de um plano para desestabilizar o “pacote”.

Em coletiva ontem à tarde no Sindicato dos Médicos, os representantes das diversas categorias da área de saúde em greve afirmaram que só voltam ao trabalho quando começar “uma negociação séria sobre salários e condições de trabalho”. A presidente do Sindicato dos Enfermeiros, Jacinta de Fátima, foi taxativa: “Até o momento não nos foi mostrada nenhuma proposta do GDF, só nós apresentamos alternativas”. O secretário de Saúde, Alberto Barbosa, garante que não é bem assim: “Desde o primeiro momento deixamos claro que não há recursos para aumentos salariais”.

A nota oficial do GDF deixa claro que os médicos

e professores decidiram pela greve depois de já terem feito acordos preliminares com o GDF, “caracterizando que a decisão foi tomada contra a opinião da maioria, por inspiração da CUT, que pretende com isso desestabilizar o plano de estabilização econômica”, segundo um assessor do governador José Aparecido. O governador permaneceu no Palácio do Buriti até 22 horas de ontem, quando resolveu publicar a nota oficial, que já estava pronta desde o início da tarde.

A maioria do pessoal das áreas de Saúde e Educação, na avaliação dos secretários de Estado, foi envolvida em sua boa-fé. E lembram que “a aventura grevista põe em risco conquistas trabalhistas fundamentais, como a estabilidade no emprego, a representação sindical e a eleição direta para cargos de direção, além de ir contra a lei”.

Lembra que em todos os países liberais é proibido, como no Brasil, a greve de servidores públicos. E promete agir, atendendo a Justiça do Trabalho, que considerou ilegal a greve, embora acredite que acabará prevalecendo o bom-senso, a partir da próxima semana, encerrando uma greve que prejudica “centenas de milhares de crianças e adolescentes, comprometendo a assistência médico-hospitalar espe-

cialmente dos mais carentes”.

O secretário de Educação, Fábio Bruno, levou ontem à noite ao governador as tabelas de vencimentos dos professores, mostrando que eles são os mais bem pagos do Brasil. Um exemplo citado pelo governador: um professor aprovado em concurso, contratado na classe “A”, recebe aqui Cz\$ 2.063,70, enquanto no Rio recebe apenas Cz\$ 1.444,00; em final de carreira, na licenciatura plena, recebe aqui um teto de Cz\$ 4.488,00, e no Rio apenas Cz\$ 3.650,00.

“As lideranças sindicais tratam o Governo como se ele fosse um patrão interessado em lucros, o que é um absurdo”, comentou o governador, lembrando que o GDF depende totalmente de recursos da União, que não existem no momento, “o que lhes foi dito logo na primeira hora”.

Hoje os trabalhadores da área de Saúde do DF se encontram às 10h com o secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, Plínio Sarti. À tarde se reúnem, às 13h, na plataforma inferior da Rodoviária, para distribuir notas à população, saindo às 14h em passeata até à Seplan, seguindo depois para o Planalto, onde esperam fazer ato público no momento da descida da rampa, pelo presidente José Sarney.